

“A HIGIENE ESCOLAR”: ESCRITOS E ESCRITURAS DE SI NO *INVENTÁRIO DE BALTHAZAR VIEIRA DE MELLO*

Paloma Porto Silva*

Não te aflijas com a pétala que voa:
também é ser, deixar de ser assim
(MEIRELES, Cecília. Poemas I, s/d, p.231-232).

Exames, diagnósticos, prescrições feitas em forma de narrativa. Um homem, um funcionário do alto escalão do Estado de São Paulo, um médico-higienista que opera e ponteia lugares de outros como produtor de suas histórias, mas que desenha imagens para si como sujeito histórico. Prescritos que anunciam o espaço de si enquanto legítimo, enquanto um lócus de dispositivo de saber/poder. Uma escritura que diagnostica as entranhas de “vidas que nós não tornam a não ser pelo efeito de múltiplos acasos, tais são as infâmias” (FOUCAULT, 1994, p. 102) e cirurgia um corpo (auto)biográfico, procurando, sub-repticiamente, dar espaço ao corpo, alma e sentido ao eu.

Sergipano de Divina Pastora, nascido em meados do século XIX. Em 27 de maio de 1857 nasce Balthazar, o filho de Balthazar Vieira de Mello e Rosa Maria de Mello. Um menino nordestino que conviveu com as mazelas trazidas pelas secas em uma paisagem cinza. Vida que é deixada para trás quando se muda para o “sul”, onde cursa medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, formando-se em 15 de setembro de 1883, defendendo a tese “Natureza e tratamento da elefantíase dos árabes”. Colaborou para o “Jornal do Commercio” (RJ), “O Paiz” (RJ), “Correio Paulistano” (SP). Membro titular da Academia Nacional de Medicina e membro-correspondente do Círculo Médico Argentino. Redator da “Annual of the Universal Medical Sciences”, “União Médica”, “Imprensa Médica”. Exerceu medicina em São Paulo, onde foi funcionário público e escritor. Intelectual de destaque no campo da Inspeção Médica nas Escolas, sendo considerado o pioneiro em São Paulo. Foi o primeiro Diretor da Inspeção Escolar paulista (1911 a 1920) e médico do Serviço de Higiene em São Paulo.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba.

Na poesia que abre este capítulo, as palavras de Cecília Meireles validam um lugar, para as prescrições do Dr. Vieira de Mello, multifacetado: “também é ser, deixar de ser assim”. Dividir-se entre ser médico e redator de jornal, entre ser redator de jornal e escritor, escritor e intelectual, cria uma condição de multifacetadas de um mesmo sujeito. Em linhas gerais, podemos dizer que o Dr. Vieira de Mello como uma diversidade de “outros” é algo que pode se manifestar na heterogeneidade de suas diferenças. Essas singularidades podem ser vistas como minúcias de um tempo, que uma hermenêutica interpretativa possibilitará uma compreensão de uma dialética da ação¹. Trata-se de um movimento dialógico no qual buscamos perceber que o discurso da modernidade e sua relação com os projetos educacionais da época recortada estão intimamente entrelaçados. Tentaremos desfolhar um pouco do âmbito educacional do Dr. Vieira de Mello, sem abandonar a totalidade que o constitui.

Ao olharmos para os textos do Dr. Vieira de Mello, percebemos um imbricamento com a questão proposta por Paul Ricoeur (s/d) sobre o inacabamento de uma obra, na qual se programa inúmeras possibilidades de interpretação de um texto, vendo a ação humana como obra “aberta”. Sobre isso, o filósofo diz: “uma obra não reflete apenas seu tempo, mas abre um mundo que ela transporta em si mesma” (p. 198). O filósofo hermeneuta também nos diz que “o que diz o texto importa mais do que aquilo que o autor quis dizer; doravante, toda a exegese (significado) desenvolve os seus processos no seio da circunscrição de significação que rompeu as suas amarras com a psicologia do seu autor” (id, *ibid*, p. 189)². Trata-se de uma hermenêutica interpretativa, que impulsiona uma perspectiva de língua viva e dinâmica, remetendo à escrita. Aliamos a essa análise reflexiva, o paradigma indiciário de Ginzburg (1989, p. 177) que diz: “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Com base nesta premissa, a interpretação dos textos do Dr. Vieira de Mello talvez possa vir a oferecer pistas para que possamos pensar o lugar ocupado pela criança nos debates educacionais do início do século XX.

Como quem procura, entre palavras, paisagens e figuras humanas pregadas em nossa memória, imagens balthazarianas sobre a infância e a educação, o presente capítulo representa não só um esforço para conseguir ler e escrever uma história multifacetada, mas uma aventura

¹ Para o filósofo hermeneuta Paul Ricoeur, uma ação deixa um rastro, põe uma marca, contribui para a emergência do curso dos tempos, que se tornam documentos da ação do homem.

² Da mesma forma que liberta-se do vínculo da significação do disígnio mental, o texto emancipa a sua alusão dos limites da identificação ostensiva.

de sensibilidades poéticas sobre a fibra política do Dr. Vieira de Mello³. Aventura que pode vir a encontrar resquícios e refrações na contemporaneidade.

As primeiras décadas do século XX, indubitavelmente assistiram grandes aventuras sociais, políticas e culturais: o país vivia sob grande influência das oligarquias rurais e o desafio que se instaurava era o de passar de uma economia basicamente agrária para uma urbana. O contexto abrigava diferentes realidades sociais: de um lado, havia um grande número de trabalhadores analfabetos, convivendo com uma classe média urbana crescente; de outro, uma elite aristocrática de origem rural.

O Brasil, com o advento da República, que demonstrou ser um catalisador dos ideais de modernidade, progresso e civilização, estava conhecendo novas práticas de sanitização e higienização, tendo em vista o crescimento das cidades e a remodelação dos espaços urbanos, sendo influenciado pelas correntes científicas bastante em evidência na época como, por exemplo, “positivismo francês, evolucionismo inglês e antropologia italiana, além de outras correntes, como o monismo alemão de Haeckel” (AGRA, 2006, p. 44). Mesmo antes de o período imperial terminar, tais correntes chegaram ao Brasil através dos intelectuais brasileiros que iam para o estrangeiro, para estudos ou para lazer⁴ - bem como a elaboração de uma imagem saudável da nação:

ao se dar visibilidade e dizibilidade⁵ à República, ao se pretender alcançar a civilização e o progresso, fez-se necessário calar a Monarquia, silenciando-a, apagando-a da memória e do olhar desse “novo”⁶ país. O novo representava o anseio progressista expresso na República, enquanto que o velho

³ No paradigma indiciário, os eventos singulares do passado podem ganhar relevância, sem que com isto seja abandonada a idéia de totalidade, uma vez que “esse modelo epistemológico busca a interconexão dos fenômenos e não o indício no seu significado como o conhecimento isolado” (GÓES, 2000, p. 19)

⁴ José Murilo de Carvalho nos mostra como os ideais europeus foram utilizados no Brasil de maneira estratégica por determinado setor da sociedade. Segundo o autor, o grupo social representado pelos militares se sentiu atraído pela visão positivista da sociedade e da república, configurando-se em uma controvérsia, já que para os positivistas, um governo militar não era bem visto. Entretanto ocorre uma adaptação das idéias positivistas, os militares apropriam-se do viés cientificista. (Cf. CARVALHO, 1987, pp. 27-8)

⁵ “As ações de ver e dizer decorrem da luz que lançamos sobre determinado objeto. Quando lançamos essa luz, estamos tornando o objeto visível, e quando o vemos, o dizemos. Estes dois atos, entretanto, conduzem-nos à atribuição de significados, à produção de sentidos que será informada pelo conjunto de valores que possuímos. Ao ver e dizer algo, estamos instituindo este algo a partir dos nossos próprios valores. Desta forma, ao dar visibilidade e dizibilidade a determinado objeto, estamos construindo esse objeto, lançando-lhe outros significados, outros olhares, outros valores. Por outro lado, não temos total controle para colocar essa luz, ou seja, não podemos pensar qualquer momento e lugar, isto se deixa determinar por condições históricas de possibilidade que propiciem a emergência desse outro olhar e dizer o objeto (Cf. VEIGA-NETO, 2003, p. 155)”. (AGRA, 2006, p.24)

⁶ Vários trabalhos de história criticam essa pretensão de construção de um “novo” país. Entretanto, algumas críticas feitas pelos próprios contemporâneos da República são bastante interessantes. Alguns célebres autores da literatura ficcional brasileira como, por exemplo: Machado de Assis (Cf. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, 1881; *O Alienista*, 1882) e Lima Barreto (Cf. *Triste fim de Policarpo Quaresma*, 1911; *Os Bruzundangas*, 1923 e o póstumo *Cemitério dos Vivos*, (1956), são de grande valia para analisar as sensibilidades desse projeto de modernidade. Ainda cf. SEVCENKO, 2003.

representava o passado, o antigo, o arcaico, o colonial, a Monarquia (AGRA, 2006, p.47)

Ora, no Brasil, não foi senão a partir da segunda metade do século XIX, e nas cidades, que se deu o movimento histórico de construção e de experimentação de uma certa modernidade. E, entre as agências mais importantes neste quadro, sem dúvidas a escola foi uma das mais destacadas (SEVCENKO, 1998).

Não por outro motivo, por exemplo, os republicanos teceram tantos projetos para a escola brasileira, como também se deu com quase todos os letrados do fim do império e do começo da república. Naqueles anos em que o Brasil estava sendo reinventado era crucial para os letrados, que se viam como os legítimos sujeitos da história, refundar o país, o povo, a nação.

Segundo Nicolau Sevcenko, o projeto de reinvenção do país tem na idealização de suas elites o esquecimento do passado colonial e imperial como condição para construção de uma nação que se pretendia a todo custo ser moderna. Era necessário eliminar o atraso e edificar o futuro da nação. Daí, então, atuação fervorosa contra tudo que continuasse arraigado ao passado do país, bem como a adoção de modelos de civilidade europeus e norteamericanos. Importavam – se daqueles países não só os produtos de suas indústrias, como seus modelos de comportamento, seus projetos de embelezamento das cidades, sua moda, seus modos de conduta, etc.

A partir dessa concepção de novo, modelar as crianças em soldados da saúde era um investimento em longo prazo para os governantes, preocupados com a limpeza moral e corporal de todo o país. Os intelectuais, que assumem posição hegemônica desde o início do século XX, são aqueles portadores de conhecimentos especializados: os cientistas, médicos, psicólogos, jornalistas e educadores que conhecem a “realidade” brasileira deveriam, para isso, atuar no sentido de uma intervenção racional na construção de um projeto nacional, cuja condição lhe competira. Na concepção de Jurandir Freire Costa, os médicos e higienistas transformaram cada criança em defensores da pátria: *a higiene apropriou-se das crianças, separando-as dos pais e, em seguida, devolveu-as às famílias convertidas em soldados da saúde* (COSTA, 2002). Na Mensagem Presidencial de Estado apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de Julho de 1917, pelo Dr. Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo⁷, o intento do ensino cívico fica bastante evidente:

⁷ Referimo-nos às Mensagens Presidenciais de estado, que eram emitidas anualmente durante o Império e as primeiras décadas da República. As mensagens eram proferidas pelos Presidentes de Estados à Assembléia

o ensino cívico deve ser intensificado em todas ellas [escolas] e, para esse fim, a Secretaria do Interior já se tem com as diversas associações patrióticas existentes no Estado, que tão eficazmente vão concorrendo para o ressurgimento da nossa nacionalidade⁸.

Nesse contexto, fazia-se primordial atribuir ao sujeito as condições necessárias para que sua capacidade individual se sobressaísse, independentemente da sua condição social e econômica. Dentre os intelectuais que atuaram neste período, destacamos o discurso do Dr. Balthazar Vieira de Mello⁹, um desses médicos-higienistas que procurou trazer a lume uma infância que por muito tempo permaneceu silenciada.

Ao reconhecer e divulgar as contribuições da higiene, no sentido de aperfeiçoar e fazer a sociedade “progredir”, os médicos-pedagogos vão construindo argumentações que legitimam os discursos sobre a padronização através de testes de quociente intelectual. Trata-se de uma visão empirista de Ciência, na qual é preciso medir e precisar ações. “A criança, ser da natureza, não portadora da razão adulta, marcada pelos atributos da sensibilidade, emoção e imaginação submete-se à direção do adulto que moldá-la”. (CORRÊA, 2001, p. 124).

De maneira semelhante ao que vinha acontecendo na Europa do século XVIII, o surgimento de ideais republicanos nacionais, no Brasil, constrói consigo um lugar para uma espécie de “movimento” médico-higienista que teve como principal meta a normatização do corpo familiar. Nesse sentido, percebe-se o quanto foi peculiar a chegada de meios de comunicação e informação às cidades brasileiras de fins do século XIX e início do XX, meios de comunicação esses que noticiavam mazelas gerais de caráter público, como falta de higienização e esgotamento sanitário, falta de políticas de coleta de lixo, entre outros; esses meios de comunicação também abriram espaço à cultura e ao lazer em suas formas mais dinâmicas, trazendo notícias sobre as tendências da época (geralmente vindas da Europa), sem, no entanto, deixar de veicular suas idéias às questões de saúde, alimentação, moradia, vestimenta e modernidade. O “chique” e o “moderno” estavam, geralmente, associados às idéias propostas pelos discursos médico-higienistas.

Legislativa sintetizando as atividades desenvolvidas pelo seu governo durante determinado ano. O acesso à essas fontes pode ser feita pela internet, pelo site <http://www.crl.edu/content/pindex.htm> da Universidade de Chicago.

⁸ Mensagem Presidencial de Altino Arantes, 1917, p. 10.

⁹ Em razão do significado que se atribui ao texto escrito, considerando o contexto de sua produção, consideramos a visão de linguagem proposta pelo filósofo Paul Ricoeur, que diz que o discurso não pode deixar de se referir a alguma coisa. Esse hermeneuta vê a instância do diálogo com objetividade: “só o discurso tem, não apenas o mundo, mas o outro, um interlocutor a quem se dirige”. (s/d, p. 186). Dessa forma, a efetividade do discurso poderá atribuir um caráter profícuo à dimensão histórica da relação entre texto e mundo.

Igualmente, é perceptível que o novo modelo familiar vigente dava suporte à condição de privacidade do lar, bem “inviolável” para a ordem moderna. Assim, a escola passa a agir como um espaço de abrangência do novo modelo nacionalista, como uma “área de escape” para a “domesticação” dos sujeitos ainda desprovidos de “sapiência adulta”. Mandar as crianças para a escola passa a se tornar um hábito essencial para se manter a estabilidade familiar e o desenvolvimento nacional.

De fato, e aliado a isso, a família passa a ser objeto essencial das análises, classificações e catalogações de norma médica que vagueiam pelos discursos de pertencimento nacional e contribuição ética e moral para seu desenvolvimento. A família apenas seria útil e saudável se fosse observada pelos saberes institucionalizados que tem seu respaldo baseado na dissolução de “efeitos de verdade” de modo a justificar e legitimar a indumentária científica.

De acordo com Silva, um sujeito inserido na proposta de construção de uma pátria “auto-suficiente”, “poderosa” e, portanto, “sadia” não poderia se permitir o direito livre de se entregar aos prazeres do excesso. A auto-disciplinarização deveria estar em primeiro lugar para tal sujeito; ele deveria evitar, de qualquer forma, um encontro de sua personalidade como o ócio. Além disso, e cada vez mais, deveria buscar o aumento de produtividade pessoal e profissional, contribuindo dessa forma com o progresso da nação.

E tal idealização deveria chegar aos ouvidos do sujeito desde sua infância: a criança, ainda de acordo com Silva, e a partir do momento que chegasse à idade escolar, passaria por dois modelos disciplinares, pelo menos: 1) *a disciplina do olhar*, que se constituía nas diversas formas de fiscalização, desde os horários de acordar até momentos das tarefas escolares irrompendo pelo momento principal, o estudo em sala de aula; 2) *a disciplina trabalhista* que era resultada da organização administrativa e atendia a um projeto fabril: “a criança necessitava desempenhar pequenas atividades, acostumando-se desde cedo com o ‘mundo do trabalho’”(SILVA, 1999). Na primazia desse contexto histórico, o Brasil se via mergulhado em altas taxas de analfabetismo e a escola seria o instrumento ideal para o combate a tal situação. Por isso, divulgar uma “doutrina higienista” significava, antes de tudo, a concretização de um triunfo do progresso nacional e o ensino era sua maior arma; o ensino primário poderia atingir diretamente suas metas de disciplinarizar as crianças.

Escrevendo sobre educação e infância, Dr. Vieira de Mello constrói para si a imagem do grande executor de estratégias acionadas com vistas a produzir uma nova configuração para a escola, no qual lançou novos dispositivos de organização e normatização do trabalho

pedagógico, ao mesmo tempo em que institucionalizou o IME (Inspeção Médica Escolar) tendo transferido, em 1916, esse órgão para a Diretoria Geral de Instrução Pública.

a lei nº 1.541, de 30 de Dezembro de 1916, remodelou a inspeção Médica Escolar e a transferiu do serviço Sanitário, a que estava subordinada, para a Diretoria Geral da Instrução Pública, de que passou a constituir uma secção(MELLO, 1917).

Tendo visto as condições para a construção de um corpo higiênico e saudável para os sujeitos que compõem a população brasileira e o ideal de família é que entendemos a importância e contribuição do Dr. Vieira de Mello como produto e produtor de identidades, de subjetividades e de construções discursivas para o modelo de nação brasileira vigente no início do século XX. Não pretendemos elaborar uma biografia aos moldes originais desse gênero historiográfico, como fariam os tradicionalistas e/ou positivistas, que evidenciarão única e exclusivamente os principais acontecimentos cronológicos e os fatos “puros” e “verdadeiros” que constituíram a história de um “indivíduo”. Nossa tentativa é mostrar, portanto, como podemos elaborar uma construção narrativa que possibilite as várias descobertas do “eu” e as várias invenções de si que o Dr. Vieira de Mello formava e que a sociedade que estava ao seu redor, por ser ele um homem público, lhe atribuía.

É comum se acreditar que as biografias contam a história apenas do “indivíduo”, uno, particular, isolado. Diferentemente do que se pensa, mostramos como as trocas existentes entre sujeito e sociedade marcam a constituição de um ser. Se Ricoeur afirma que uma obra “não reflete apenas seu tempo”, como já foi citado, isso significa que o sujeito é capaz de realizar ações que são transparentemente históricas e que seus atos influem e são influenciados pelo seu contexto espacial e temporal. Uma obra (e uma vida) não está isolada no espaço/tempo e o sujeito está ligado às tramas históricas de determinado lugar, transformando e sendo transformado por suas alterações sócio-culturais.

Desse modo, vemos como a contribuição historiográfica de Michel Foucault pode nos ser útil na medida em que entendemos o traço biográfico enquanto um espaço normalizado. Essa idéia emerge de um discurso surgido no ocidente *ao mesmo tempo em que surgia a idéia de indivíduo, como um gênero de discurso que procura dar coerência, unidade e identidade a uma vida que é sempre dispersão e contradição*. Dessa forma, é importante observar quais foram as temáticas, as imagens e os enunciados que tiveram mais visibilidade em suas escrituras (FOUCAULT, 1992).

O sujeito é, com isso, uma elaboração sócio-histórica, é um autor que escreve e se inscreve na narrativa da vida. Tendo isso em vista, objetivaremos perceber os lugares de fala do Dr. Vieira de Mello, já que o conceito de autoria como uma categoria de análise histórica será compreendido como um lugar estabelecido de informação, um conceito discursivo, constituído por linhas mestras sociais e culturais para o *modo de existência, circulação e funcionamento de certos discursos*. Foucault comenta que, historicamente, os textos passaram a ter autores na medida em que os discursos se tornaram transgressores da ordem e moral instituída e suas elaborações se tornaram passíveis de punição. Todo texto científico deveria ser identificado pelo nome de um autor, justamente para se manter o controle do que se deveria ser escrito. Como é o caso dos tratados de medicina, que institucionalizam um lugar científico, por exemplo, é necessária a presença de um nome de respaldo e respeito para legitimar sua posição na sociedade. Ainda segundo Foucault:

a função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade. (...) trata-se de objetos de apropriação; a forma de propriedade de que revelam é de tipo bastante particular, está codificada desde há anos (FOUCAULT, 1992 p.46).

O que faz de um sujeito um autor é o fato de, através de seu nome, delimitarmos, recortarmos e caracterizarmos os textos que lhe são atribuídos. A autoria significa uma abertura social e tal abertura envolve a manutenção de posturas sociais. Se o Dr. Vieira de Mello acreditava na norma familiar e na escola como objeto de normatização é porque sua postura social exigia isso e seu saber médico o dava respaldo para tal condição.

É necessário, assim, analisar que redes institucionais circunscrevem e que relações de poder recortam, delimitam e caracterizam o lugar de autor ocupado pelo Dr. Vieira de Mello. Conforme Foucault (1994, p. 777), a maneira como um sujeito pensa, escreve e age, está sutilmente ligada com as redes institucionais e as relações de poder; está circunscrita pela sociedade, pela política, pela economia e pela história, bem como com outras categorias mais gerais. Mesmo o sujeito possuindo suas nítidas particularidades, suas ações públicas dependem de um molde social e, ao mesmo tempo, podem dar nova roupagem ao que acontece com as tidas categorias gerais.

Assim, faz-se necessário historicizar a emergência de um lugar particular de um sujeito de discurso: o lugar do médico-escritor. Como tais lugares de autoria estão conectados com a história das formas de pensamento político, com a história do progresso da nação, com a história do pensamento social e com os modos de viver? É necessário, portanto, investigar e

problematizar as condições históricas que permitiram a emergência e o funcionamento dessas práticas discursivas específicas e que tipo de autorias as mesmas requerem para si. Como se articulam a postura política e social com o lugar de sujeito e de autor construídos para si? Os escritos do Dr. Vieira de Mello trariam a “verdadeira” forma como sua constituiu sua vida e a história ou seriam apenas indícios de como ele está envolto de relações socioculturais e posturas de sua vida pública? Cenas para um próximo capítulo...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Giscard Farias. *A Urbs Doente Medicada: a higiene na construção de Campina G(grande) 1877-1935*. Campina Grande, 2006.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. UFRN, 2001.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução a análise do discurso*. 6º ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal. 1979.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. *Microfísica do poder*. 21 ed., Rio: Graal, 2005.

_____. *O que é um Autor*. Lisboa: Presença, 1994.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1995b.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓES, Maria. C. R. A abordagem microgenética na matriz história-cultural: Uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. In: SMOLKA, Ana Luíza Bustamante (Org.) *Relações de Ensino: Análises na perspectiva histórico-cultural*. Campinas: Cedes., 2000, p. 9-23.

LIMA, G. Z. *Saúde Escolar e Educação*. São Paulo: Cortez, 1985.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.

RICOEUR, Paul. Do texto á ação. In: *Ensaaios de hermenêutica II*. Porto (Portugal): Rés-Editora, s/d.

ROCHA, H. H. P. *Inspecionando a escola e velando pela saúde das crianças*. Educar em revista, Curitiba, n. 25, 2005.

_____. Educação Escolar e Higienização da Infância. In.: *Cad. CEDES*, abr 2003, vol 23, nº 59, 13p.

SEVCENKO, Nicolau “O prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”
In.: SEVCENKO, Nicolau. (org.) *História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, A. M. *Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional*. Cadernos CEDES, Campinas, ano XIX, n, 48, 1999.